

## Com a eutanásia aprovada, opositores prometem ir até ao TC

Maria Lopes

**Marcelo recebe decreto para a semana e terá oito dias para pedir fiscalização da constitucionalidade. Bispos falam de retrocesso**

O processo está só a meio, querem crer os críticos, que se agarram agora às duas últimas tábuas de salvação – o Presidente da República e o Tribunal Constitucional – para travar a legalização da eutanásia que o Parlamento aprovou ontem. Onze meses depois da primeira votação, o texto da lei da despenalização da morte assistida foi aprovado em votação final global pela larga maioria dos deputados do PS, pelo Bloco, PAN, PEV, IL, 14 deputados do PSD, e as deputadas não inscritas Joacine Katar Moreira e Cristina Rodrigues (136, no total). Votaram contra os deputados do PCP, do CDS, do Chega, nove do PS e 56 do PSD e abstiveram-se dois do PS e dois do PSD.

Se no PS o secretário-geral adjunto, José Luís Carneiro, votou contra, já entre os sociais-democratas, em que se manteve a liberdade de voto, parte da cúpula votou a favor, como Rui Rio, André Coelho Lima, Isabel Meirelles e Adão Silva. Mas o secretário-geral, José Silvano, e a vice-presidente, Isaura Morais, votaram contra.

O decreto da Assembleia, que resultou da junção dos projectos do BE, PAN, PS, PEV e IL, segue no final da próxima semana para o Presidente da República: se pretender recorrer ao Tribunal Constitucional (TC) para fiscalização preventiva, terá de o fazer nos primeiros oito dias; se não o fizer, terá os 12 dias seguintes para decidir se promulga ou se veta. Caso devolva o diploma ao Parlamento, ou os deputados confirmam o teor por maioria de dois terços, ou propõem alterações.

Logo após a votação, o líder parlamentar do CDS, Telmo Correia, avisou que irá fazer “tudo” para que a lei, que classificou como “vergonha” e “erro”, seja declarada inconstitucional. Caso o texto seja promulgado por Marcelo Rebelo de Sousa, serão precisos 46 deputados para pedir a fiscalização sucessiva da constitucionalidade, pelo que num cenário desses não será difícil aos cinco centristas encontrarem apoio entre os do PSD.

Nas declarações de voto, o comunista António Filipe alertou para as “consequências sociais” da legislação e admitiu o receio que se instale a “ideia da banalização do recurso à



**Não podemos aceitar que a morte provocada seja resposta à doença e ao sofrimento**

**Conferência Episcopal Portuguesa**

eutanásia” e “algo próximo de um negócio à custa da antecipação a morte” devido às dificuldades de acesso a cuidados paliativos ou de saúde.

O bloquista José Manuel Pureza fez uma homenagem aos que sofreram na pele com doenças terminais e que pretendiam pôr fim à vida, mas não puderam, chegando a baptizar o diploma “lei João Semedo”, o antigo coordenador do BE que elaborou o primeiro projecto de lei, mas que faleceu em 2018.

André Silva, do PAN, defendeu o “rigor” do diploma, apesar da sua “elevada complexidade”. José Luís Ferreira lamentou que a proposta do PEV, para que a morte assistida só pudesse ocorrer no SNS, tenha ficado pelo caminho, porque “era a forma de garantir que a morte não se tornasse um negócio”.

A socialista Isabel Moreira, que elaborou o texto final a partir dos cinco projectos, disse tratar-se de uma lei “tolerante, plural”.

Com “tristeza e indignação”, a Conferência Episcopal Portuguesa classificou a aprovação da lei um “retrocesso cultural sem precedentes”. O movimento Stop Eutanásia condenou o “acto cego” da aprovação e apelou ao crivo do Presidente da República, “constitucionalista e com valores cristãos”.